



REVISTA

RPPS[®]

do Brasil



GERAÇÃO FUTURO

“A Geração Futuro se orgulha de ter todos seus fundos em 2013 entre os melhores do mercado.”

Eduardo Moreira

Excelentes resultados em 2013

Entenda como a Geração Futuro conseguiu obter ótimos resultados em um ano difícil para o Ibovespa

REGISTRO

Institutos de Lucas do Rio Verde/MT e Sinop promovem reunião que produz pauta com sugestões para o MPS.

ENTREVISTA

Nancy Ramos fala das perspectivas e desafios para o RPPS em 2014.

RPPS na mão!

Informações, orientações e notícias do segmento de RPPS com comodidade. Receba a edição impressa em casa ou no trabalho, ou a nossa versão digital no seu celular ou tablet

Aproveite a promoção

Assine a RPPS **impressa**
+ RPPS **virtual** a R\$ 150,00

OU

RPPS **impressa** a R\$ 110,00
RPPS **virtual** a R\$ 70,00

Available on the iPhone
App Store



64 – 3442 6963 / 8106 3838 / 8133 1707

contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br

www.revistarppsdobrasil.com.br





Ronaldo Ribeiro

Entrevistamos o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Mato Grosso

Como o Tribunal de Contas do Mato Grosso tem trabalhado, tendo como foco o RPPS?

O Estado de Mato Grosso tem uma característica diferente dos demais, posto que, enquanto 1/3 dos municípios brasileiros têm RPPS, aqui a proporção é de 2/3 (96 dos 141 municípios tem o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público). Assim, dedicamos uma atenção especial ao acompanhamento e julgamento dos RPPSs. Com base no planejamento estratégico do TCE/MT, realizamos auditorias nos RPPSs desde 2002, com julgamentos das contas anuais, em 100% dos Regimes Próprios, até o encerramento do exercício seguinte.

A partir de 2005, começamos a julgar as previdências municipais de forma individualizada e separada das contas anuais de gestão do município, independentemente de o RPPS ter personalidade jurídica, ou seja, para nós do TCE/MT basta que seja constituído o RPPS para ter um julgamento específico, com ou sem fundo contábil, com ou sem personalidade jurídica. Isso porque, de uma forma ou de outra, os RPPSs têm que observar todos os requisitos previdenciários, e para nós, com o julgamento separado, temos condições de aprofundar o debate nos temas previdenciários, com maior visibilidade.

Quanto ao foco de atuação do TCE/MT, dividimos a fiscalização dos RPPSs em duas

áreas – um setor específico que analisa os benefícios previdenciários, proporcionando, assim, maior especialização na área, e a auditoria previdenciária, propriamente dita, que analisa os aspectos da legislação relacionados à adequação das normas gerais de previdência; dos requisitos, formalidades e consequências da avaliação atuarial; da adequação da contabilidade previdenciária; e, por último e talvez o mais difícil, das aplicações no mercado financeiro dos recursos previdenciários.

A equipe de auditoria previdenciária é a mesma que fiscaliza a Prefeitura e a Câmara Municipal, e, obviamente, temos as dificuldades relacionadas à adequação do tempo e da especialização na área, o que é mitigado com a adoção de procedimentos específicos e a qualificação contínua, inclusive com a parceria do Ministério da Previdência, na oferta de cursos direcionados não só aos auditores e técnicos da Casa, mas também aos servidores, assessores e gestores dos RPPSs.

Numa visão de melhoria contínua da auditoria previdenciária, estamos implantando, já para o exercício de 2014, uma unidade específica de auditoria dos RPPSs, com equipe especializada, o que contribuirá em muito para a especialização na área.

Quais são as principais irregularidades encontradas pelo Tribunal de Contas em relação

à prestação de contas dos Institutos do Mato Grosso ?

As principais irregularidades nas contas anuais dos RPPSs estão relacionadas à contabilidade, adequação às normas gerais de previdência, viabilidade financeira e atuarial e encaminhamento inadequado de benefícios.

Sob o aspecto atuarial, que guarda relação direta com a sustentabilidade do RPPS, é comum detectarmos em nossas auditorias, base cadastral dos servidores e dependentes desatualizada ou não confiável, assim como ausência de previsão em lei da alíquota prevista no cálculo atuarial, o que é considerado por nós gravíssimo, tendo em vista as consequências advindas. Em poucas situações, há, ainda, a ausência da própria avaliação atuarial anual, o que é mais grave e acarreta penalização qualificada por parte do TCE/MT.

Para o TCE/MT, a ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, por parte de alguns RPPSs, mesmo por período curto de tempo, chama atenção e é ponto de irregularidade nas contas anuais, isso devido ao prejuízo para o ente federado e para a população, considerando a consequência de vedação ao recebimento das transferências voluntárias, dentre outras.

Em relação à contabilidade previdenciária, as principais irregularidades estão relacionadas à ausência ou contabilização indevida do déficit atuarial, dos parcelamentos e amortização de dívidas dos Poderes frente à previdência.

Numa visão financeira, os atrasos ou até mesmo a ausência nos repasses das verbas retidas dos servidores e da parte patronal, por parte dos Poderes ao RPPS, preocupa em muito o Tribunal de Contas do Mato Grosso, isso porque, além da irregularidade e ilegalidade que se concretizam, por si só, trazem sérias consequências para a previdência que acarretam o acúmulo de dívidas, a transferência de responsabilidade para futuras gestões e a revisão da política de investimentos, dentre outros aspectos.

Há ainda o aspecto temporal, a depender da fase de maturação de gestão do RPPS, que influencia nas irregularidades dos Regimes Próprios frente à legislação, mas o mais importante nesse processo

é agir de forma concomitante e, às vezes, até preventivamente, por meio de orientações.

Como o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso visualiza a ausência de CRP nos RPPSs?

Os RPPSs estão adstritos a duas instituições distintas de controle: o Ministério da Previdência - MPS, que verifica a regularidade da previdência frente às normas gerais e emite o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, e os Tribunais de Contas que julgam as contas anuais dos RPPSs. Porém, apesar de distintas, atuam de forma complementar.

Entendemos que a simples ausência do CRP já é irregularidade gravíssima a ser apurada e penalizada pelo Tribunal de Contas, independentemente dos motivos que nortearam

o Ministério da Previdência a suspender a certificação do RPPS. Claro que, para efeito de penalização, aí sim o Tribunal de Contas analisa quem deu causa, o que em algumas vezes recai sob autoridade não vinculada

diretamente ao RPPS, a exemplo do Prefeito e do presidente da Câmara Municipal.

Temos a nítida convicção de que mesmo o RPPS tendo o CRP, não significa, por si só, que a previdência municipal ou estadual está regular frente ao Tribunal de Contas, isso porque pode o TCE/MT ter um entendimento acerca de determinada matéria diferente do Ministério da Previdência; pode os auditores do TCE/MT ter acesso a alguma informação/documento que o Ministério da Previdência não tem; pode o Ministério da Previdência ter proporcionado prazo para cumprir determinada norma legal ou constitucional, para efeito do CRP, mas o Tribunal de Contas exigir o cumprimento de imediato dessa norma. Enfim, são variáveis que podem levar os Tribunais de Contas a ter um entendimento diverso do Ministério da Previdência e, com isso, posicionar pela irregularidade das contas do RPPS, mesmo este tendo o CRP.

Outro ponto que chama atenção na verificação de regularidade dos Institutos é quando um RPPS tem CRP obtido via judicial. Nessa situação, percebe-

“Os Tribunais de Contas, de uma forma geral, precisam aproximar-se mais dos institutos de previdência para ajudar a fortalecer a cultura previdenciária e diminuir a necessidade de contratação de assessorias pelos RPPSs”.

se com clareza que o Ministério da Previdência tem pouco a fazer frente à condicionante do judiciário, mas os Tribunais de Contas podem e devem fiscalizar esses RPPSs de forma mais contundente, isso porque o simples fato de se ter o CRP via judicial denota que há pelo menos alguma norma geral previdenciária que não está sendo observada pela previdência. Destaca-se, nesse ponto, que a determinação judicial guarda relação com o Ministério da Previdência, compelindo-o a emitir o CRP, mas não vincula qualquer fiscalização ou penalização por parte das Corte das Contas, em relação aos RPPSs.

Como tem sido o trabalho do Tribunal de Contas no sentido de se aproximar da realidade dos Institutos de regime próprio?

Além das auditorias e inspeções, temos duas formas de atuação junto aos RPPSs – uma por meio de qualificações e debates de temas de impacto para a previdência, em que o TCE/MT proporciona diretamente os cursos ou o faz em conjunto com o Ministério da Previdência. Como regra, realizamos uma grande qualificação por ano, ocasião em que abrimos espaço aos Regimes Próprios para também pronunciarem com sugestões e propostas relacionadas à previdência. A outra forma de aproximação com a realidade dos institutos de previdência é a oferta de consultoria aos RPPSs, por meio da nossa Consultoria Técnica, que é um setor composto por treze auditores e técnicos com qualificação em diversas áreas, os quais tiram dúvidas e oferecem sugestões de interpretação e aplicação da legislação de normas gerais e da jurisprudência.

Em sua opinião, o Tribunal é um órgão que precisa estar mais perto dos gestores visando à melhoria da gestão dos RPPSs?

Com certeza a proximidade entre os órgãos de controle e os de gestão é salutar e beneficia a ambos. Temos a exata noção das dificuldades dos gestores municipais em termos da deficiência de profissionais e de oportunidade de qualificação, principalmente na previdência que aglomera cinco grandes áreas e demanda profissionais com formação e conhecimento diversificado.

Os Tribunais de Contas, de uma forma geral, precisam aproximar-se mais dos institutos de previdência para ajudar a fortalecer a cultura previdenciária e diminuir a necessidade de

contratação de assessorias pelos RPPSs. Acreditamos que o caminho é investir no aperfeiçoamento dos servidores efetivos dos entes federados, até porque, ao final, a responsabilidade é do gestor e o interesse é dos beneficiários.

Recentemente, para liquidar a pendência em relação à prestação de contas do Instituto do Estado de Mato Grosso, utilizou-se de imóveis para compor o lastro previdenciário – como o Tribunal de Contas vê essa iniciativa ?

Dentre outros, o Estado de Mato Grosso tem dois problemas a resolver – um do déficit atuarial que gira em torno dos 13 bilhões e o outro do déficit financeiro de 350 milhões ano.

Como regra, os Estados da federação vêm ou vinham valendo-se da segregação de massa como meio de equalização do déficit atuarial. Para nossa realidade, não descartamos por completo a segregação de massa, mas acreditamos que o melhor modelo para Mato Grosso opera-se por meio de aporte de bens e direitos.

Num primeiro momento, a afetação de bens e direitos à previdência impacta diretamente no déficit atuarial, e, numa segunda etapa, por meio da monetização desses bens e direitos, atenua-se o déficit financeiro.

Assim, o Tribunal de Contas vê com bons olhos a composição de imóveis para o lastro previdenciário, e apoia o Estado na busca do melhor modelo de financiamento dos déficits e de gestão para a Unidade Gestora Única, até porque também somos órgão da administração e devemos fazer parte da solução.

Numa visão típica de controle, nossa linha de atuação será acompanhar e fiscalizar toda a estrutura e operacionalização da previdência estadual, com destaque para a qualificação e a valoração dos bens e direitos afetados à previdência, e o enquadramento ou não, das operações financeiras provenientes da monetização, no conceito de operação de crédito.

Ronaldo Ribeiro de Oliveira, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Mato Grosso, é natural de Contagem/MG, graduado em Ciências Contábeis e estudante de Direito, é pós-graduado em Planejamento Público, Responsabilidade Fiscal e Execução Orçamentária, pela Fundação Getúlio Vargas/FGV, em MPA Executivo em Controle Externo/FGV, em Auditoria das Entidades Governamentais/UFMT, em Gestão Pública/Faculdade Afirmativo e em Direito do Estado, pela FGV, 2012/2013.



Fernando Ferreira Calazans

Professor de Direito Administrativo da UFMG e Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto de Angola.



Milton Moreira

Consultor Previdenciário



Hélio Carneiro Fernandes

Presidente do ParaíbaPrev e auditor do Tribunal de Contas do PE.



Edevaldo Fernandes da Silva

Economista com Master en Dirección y Gestión de Planes y Fondos de Pensiones, pela Universidad Alcalá, Especialista em Banking, pela Universidade Mackenzie, Finanças pelo Centro Educacional da BMF&Bovespa. É professor de cursos de graduação e pós-graduação. Diretor Presidente do IPREV/DF. Foi Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis na PREVIC, fundador da Escola de Formação Previdenciária, Presidente do Conselho Fiscal da Aperam, Superintendente do IPREM/SP, Conselheiro das associações APEPREM/ABIM.



Luciano Gonçalves de Castro e Silva

Pesquisador / Demógrafo do IBGE. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE e da UFRN. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Perito Atuarial Oficial nº 3.597, nas áreas de Previdência, Seguros, Capitalização e Planos de Saúde. Especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública e Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão).

editorial

Prezado Leitor,

Mais uma edição da Revista RPPS do Brasil para você aproveitar! Muitas novidades que vão ajudar o gestor a entender melhor o atual momento do mercado financeiro, além de muitos outros aspectos relevantes da governança.

Nas PÁGINAS VERDES, destaque para a entrevista especial com Ronaldo Ribeiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso sobre vários aspectos do RPPS nos Municípios daquele Estado.

Nossos colunistas destacam temáticas como a participação da sociedade civil na gestão dos RPPSs; o papel da educação previdenciária na criação de valor nos RPPSs; razão de dependência previdenciária: demografia x sistemas de repartição simples, dentre outros assuntos.

Nossa capa traz a história da empresa GERAÇÃO FUTURO, que se orgulha de ter tido seus fundos em 2013 entre os melhores do mercado.

Entrevistamos ainda Nancy Ramos, do Ministério da Previdência Social, sobre as perspectivas e os desafios para 2014 no que tange ao RPPS.

No Raio X, destaque para o trabalho feito no Tocantins visando o fortalecimento do regime próprio nos municípios.

E tem outras novidades. Boa leitura, aproveite a única revista de RPPS no Brasil, e até a próxima.



Ana Paula Vasconcelos e Iliane Fonseca

expediente

Direção: Ana Paula Vasconcelos e Iliane Fonseca

Comercial: Revista RPPS do Brasil - 64 3442 6963 / 8133 1707 (Iliane) / 8106 3838 (Ana Paula)

Reportagem: Maysa Abrão, Iliane Fonseca e Ana Paula Vasconcelos

Secretária: Ana Paula Oliveira

Design Gráfico: Rafael Rodovalho

Fotografia: Revista RPPS do Brasil

Assessoria Jurídica: Baden Powell & Mourão Advogados

Jornalista Responsável: Iliane Fonseca MTE/RP 2729/GO

Distribuição própria para os RPPSs do Brasil

Editada por RPPS BRASIL PUBLICAÇÕES E EVENTOS- CNPJ: 13.399.934/0001-90

Colaboraram nesta edição os colunistas: Fernando Ferreira Calazans, Edevaldo Fernandes da Silva, Hélio Carneiro Fernandes, Luciano Gonçalves de Castro e Silva e Milton Moreira, aos quais agradecemos pela valiosa colaboração

* Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.

CONTATO:
64 – 3442 6963 / 8123 1263 / 8106 3838
R. Nossa Senhora de Fátima, 585
N. Senhora de Fátima – Catalão – Goiás
– CEP: 75.709-180

www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
anapaula@revistarppsdobrasil.com.br



03

entrevista

Ronaldo Ribeiro, do Tribunal de Contas, fala sobre aspectos do RPPS nos Municípios do Mato Grosso.



14

artigo

Hélio Fernandes, presidente do ParaíbaPrev e auditor do Tribunal de Contas do PE fala sobre “o outro lado da mesa”.



18

curtas

Fatos do RPPS pelo Brasil a fora.



24

raio x

As boas notícias em termos de RPPS nos municípios do Tocantins.





Participação da sociedade civil na gestão dos regimes de previdência dos servidores públicos

Muito se tem discutido sobre a inserção da sociedade civil na consecução das políticas públicas. Este artigo pretende demonstrar a importância de se realizar esse debate no âmbito dos regimes próprios de previdência social (RPPSs).

O regramento atual se limita a prescrever a necessidade de garantir a participação dos servidores, não fixando critérios para o funcionamento de seus conselhos, além de quedar-se silente sobre a possibilidade de participação popular nesses espaços.

Essa discussão encontra sustentação teórica em dois pilares: o do direito à participação social na gestão das políticas públicas e o da natureza dos recursos destinados ao pagamento da remuneração dos servidores e dos benefícios previdenciários.

A participação popular, como corolário da democracia, transparência e controle social, é ponto-chave para se buscar a garantia da qualidade dos serviços públicos e passa pelo entendimento de que o cidadão é o beneficiário dos serviços públicos, cabendo a ele acompanhá-los e fiscalizá-los.

O segundo pilar refere-se à origem dos recursos destinados ao pagamento do salário dos servidores e dos benefícios previdenciários. Os RPPSs são constituídos, entre outras, pelas fontes de receitas oriundas das contribuições, a cargo dos servidores e entes patronais, descontadas sobre a remuneração daqueles, e das contribuições incidentes sobre as aposentadorias e pensões.

A contribuição previdenciária de responsabilidade dos entes federados advém de recursos públicos, cobrados da sociedade sob a forma de tributos, tarifas, etc. Da mesma forma, a contribuição do servidor, descontada do seu salário, também se origina dos recursos da sociedade (mesmo que de forma indireta), já que é ela quem os remunera em virtude dos serviços públicos prestados.

Oportuno relembrar os expressivos déficits atuariais dos RPPSs dos entes federados, amenizados com a

reforma de 2003 e ainda não totalmente resolvidos. A ausência de lógica financeira e atuarial aplicada aos RPPSs deixou uma herança para a sociedade: a assunção das despesas previdenciárias não acobertadas pelas receitas ordinárias. Esse déficit impede que os recursos públicos sejam direcionados às políticas de saúde e educação, por exemplo, sendo utilizados para cobrir déficits dos RPPSs.

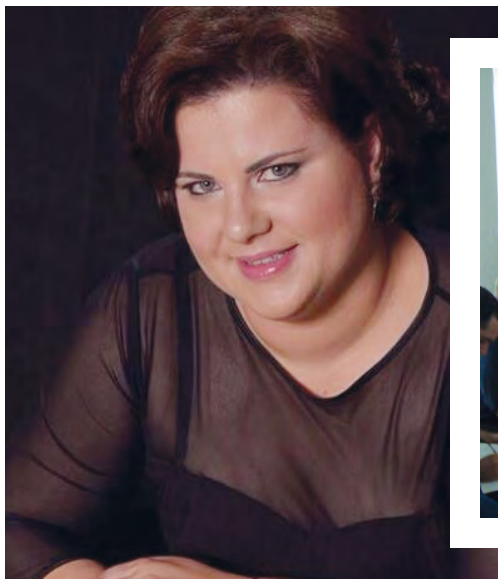
Advém daí a importância de se acompanhar a gestão dos RPPSs, já que, em caso de insuficiência de recursos, será a sociedade quem arcará com os custos da falta de planejamento dos seus gestores, segundo preceitua o art. 8º da Lei nº 9.717/98.

Ao contrário dos que acreditam que, por se tratar de fundo fechado de previdência, apenas servidores públicos e entes federados teriam direito e se interessariam pela gestão dos RPPSs; toda a sociedade, “proprietária” que é dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários, deve se interessar e tem o direito de acompanhar e fiscalizar a gestão desses fundos.

A proposta de participação de representantes da sociedade na condução dos trabalhos de um RPPS, por meio de seu conselho gestor, aumentaria a transparência da gestão pública mediante a aproximação da sociedade dos recursos destinados aos servidores e possibilitaria o debate de ideias não vislumbradas pela classe diretamente interessada (servidores e governo).

Ademais, além de cogestora, a sociedade funcionaria como agente fiscalizador, pois deliberações que poderiam ser tomadas em decorrência de fins corporativos seriam por ela, no mínimo, questionadas (incorporação indevida de parcelas à aposentadoria, etc).

CALAZANS, Fernando Ferreira. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: o caso do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – FUNPEMG. 2010. 184p. Dissertação (Mestrado), Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Minas Gerais, 2010.



A gestora Andressa, feliz com os esforços para o fortalecimento do RPPS no Mato Grosso. Ao lado, registro da reunião

Previdência

Previlucas se preocupa com o RPPS e promove reunião ampliada em Sinop/MT com 12 institutos da região

Existe um velho ditado de que “a união faz a força”, e este pode e deve ser aplicado em todos os momentos da vida de uma pessoa. E quando o assunto é Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – RPPS, essa máxima deve ser aplicada de maneira ainda mais evidente. E o bom exemplo que trazemos nesta edição da Revista RPPS do Brasil vem do Estado de Mato Grosso, onde a iniciativa dos institutos de Lucas do Rio Verde e Sinop gerou a união de vários Regimes Próprios em prol da luta por melhorias, em todos os aspectos, da governança de um RPPS.

A reunião foi realizada em 27 de janeiro, tendo como organizadores os Institutos de Lucas do Rio Verde – Previlucas – e Instituto de Previdência de Sinop – PreviSinop – e contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas que representaram as previdências de Sinop, Lucas do Rio Verde, Alta Floresta, Campo Novo do Parecis, Tapurah, Novo Mundo, Paranaíta, São José do Rio Claro, Marcelândia, Vera, Claudia e Sorriso.

Os institutos, com auxílio do atuário e consultor de valores mobiliários, Igor França Garcia, elaboraram um documento com reivindicações a respeito da Resolução nº 3.992/2010 para encaminhar ao Ministério da Previdência Social. A resolução determina os métodos que podem ser utilizados para aplicações financeiras na política de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social- RPPSs.

Dentre as reivindicações estão a abertura para outros

tipos de fundos, a redução da meta atuarial e a exclusão da Marcação a Mercado permitindo que os RPPSs registrem os Títulos Públicos.

Se as solicitações forem atendidas, auxiliarão os RPPSs a atingirem a Meta Atuarial, que é o valor de rendimentos anuais necessários para que as previdências mantenham o poder de compra das contribuições, podendo assim efetivar o pagamento dos benefícios para os segurados da previdência municipal.

“Juntamente com os membros do Conselho Curador, concluímos que deveríamos de alguma forma reivindicar mudanças na Resolução, e decidimos então buscar parcerias entre outros Regimes Próprios. Com a reunião, conseguimos reunir um número considerável de Institutos e elaboramos o documento com as reivindicações. Esperamos ser atendidos pelo Ministério da Previdência, pois devido a situação que se encontra o cenário econômico, é provável que poucos RPPSs conseguirão alcançar a Meta Atuarial, que é de IPCA+6% ao ano, lembrando que alguns fundos de investimentos atrelados a Títulos Públicos são de longo prazo e a necessidade da meta atuarial é de curto prazo”, destaca a diretora executiva do Previlucas, Andressa Luciana Frizzo.

Sugestões dos Institutos:

Criar uma associação dos RPPSs do Estado do Mato Grosso sem fins lucrativos, cujo objetivo será priorizar

a educação e o desenvolvimento do regime próprio.

Reivindicações de mudanças na Resolução CMN 3.922/2010:

1ª – Abertura para outros tipos de fundos: Permissão de aplicação em Fundos como Cambial, LCI - Letras de Crédito Imobiliário, LCA - Letras de Crédito do Agronegócio, empréstimos entre os segurados, etc.

2ª - HEDGE: Abertura de outros segmentos de Investimentos, permitindo aos RPPSs a fazerem Hedge na carteira de investimentos com o objetivo de proteger a carteira das oscilações do mercado.

Exemplo de Hedge:

Entre os fundos DI futuros e IMA, e/ou Hedge entre o Fundos Cambiais e os IMAs, no qual estes fundos são inversamente proporcionais. A correlação entre os Fundos IMA e Juros Futuros é de aproximadamente 70% e entre os Fundos IMA e o Dólar é de aproximadamente 40%, analisando dados entre agosto e dezembro de 2013. Com a possibilidade de HEDGE, manteremos um equilíbrio financeiro na carteira de investimentos.

3ª – Exclusão da Marcação a Mercado: Exclusão da Marcação a Mercado, permitindo que os RPPSs registrem os Títulos Públicos pela curva (Face), no qual o objetivo é eliminar o registro de valorização ou desvalorização contábil, que acabam demonstrando ganho ou perda virtual e influencia a visão de longo prazo desse tipo de investimento.

4ª – Redução da Meta Atuarial: No intuito de preservar

as Reservas Matemáticas dos RPPSs, a criação de uma POLÍTICA de redução da Meta Atuarial, com intervalos intercalados para não causar grandes impactos sobre as Provisões Matemáticas.

5ª – Abertura maior para Fundos atrelados ao CDI: Permissão de aplicação em Fundos de Renda Fixa até o limite de 70%, permitindo aos RPPSs aproveitarem melhor as oportunidades de Mercado, quando se tem um aumento da Taxa Selic.

Alterações na Legislação dos RPPSs:

1ª- Alteração da Portaria MPAS nº 21 de 16 de janeiro de 2013: Alteração da Portaria nº 21/2013 com relação a cobrança do histórico do Tempo de Contribuição anterior à posse do Servidor Público Municipal, desonerando assim os cofres públicos com o aumento da alíquota da parte patronal, não condizente com a realidade, estabelecendo um prazo de no mínimo quatro anos para implantação gradativa da obrigação.

2ª- Alteração da Taxa de Administração: Ampliação do percentual da Taxa Administrativa dos RPPSs.

3ª - Exclusão do Pasep na Taxa de Administração: Exclusão da necessidade de contabilização das despesas com o Pasep como despesa administrativa (incidente sobre a Taxa Administrativa dos RPPSs).

4ª- Disponibilização do CNIS: Regulamentação através do MPAS para que o RGPS e os RPPSs disponibilizem o extrato previdenciário (CNIS) dos Servidores Públicos municipais.

5ª - Treinamento SIPREV: Disponibilização de equipe técnica do MPAS para treinamento in loco.



Registro de participantes da reunião. Acima, o consultor Igor acompanhado de Cássia (Previsinop) e Andressa (Previlucas)



Nancy Abadia

A “Dama do RPPS” brasileiro fala sobre perspectivas e dos desafios para 2014 no que tange a Regime Próprio.

Quais são as suas perspectivas para 2014 em relação ao RPPS brasileiro?

Construindo uma resposta na visão da geração de informação sobre e para os RPPSs do Brasil, temos que registrar que o Projeto de Governo para atender esta finalidade é o SRPPS (SIPREV/Gestão; CNIS/RPPS e INFORME/CNIS/RPPS) com o objetivo principal de Gerar Informações para a melhoria dos dados dos servidores públicos brasileiros, de forma a viabilizar estudos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial, construir histórico de dados cadastrais, funcionais, financeiros e de benefícios, para a realização de avaliações atuariais consistentes, acompanhar a legalidades dos diversos vínculos funcionais, uniformizar a concessão de benefício, respeitadas as peculiaridades de cada ente federativo e implementar a compensação previdenciária entre os diversos entes federados. E relembrando que entendemos que ao se ter Bancos de Dados estruturados de forma uniforme em todos os RPPSs brasileiros, as oportunidades de se tomar decisão serão ampliadas, por enfim, se ter dados, ou pelo menos oportunizar que se confirme a necessidade dos mesmos. Nesta linha, acredito que os RPPSs poderão em 2014 expandir ações para melhoria da qualidade dos dados buscando obter informações que lhes possibilitará aperfeiçoar os métodos de cálculo atuarial, economizar recursos na realização de Censo Previdenciário (cadastral e funcional) e principalmente à vista dos cruzamentos que serão efetuados, assegurar pagamentos de remuneração ou proventos dentro da legalidade, em decorrência da disponibilização das aplicações ainda no primeiro

trimestre de 2014.

Como comprometimento de terceiros temos o indicativo de que a ABIPEM promoverá em 2014 evento específico de TI voltado à utilização do Sistema dos RPPS_SRPPS (SIPREV/Gestão; CNIS/RPPS e INFORME/CNIS/RPPS).

O SIPREV tem se estabelecido como uma ferramenta importante e forte para a gestão dos Institutos, para 2014 terá novidade em relação a isso?

Teremos duas ações importantes: A agregação ao SIPREV/Gestão da funcionalidade de simulação de benefício e a realização de Censo Cadastral e Funcional, pela primeira vez via SIPREV/Gestão para os Entes Federativos selecionados conforme edital publicado para atender o Contrato do BID.

Qual sua avaliação do SIPREV até o momento? Em 2013, em sua opinião, quais foram os principais entraves para que seu Departamento conseguisse atingir a meta?

Como as metas foram traçadas em dependência de desenvolvimento de funcionalidades pela empresa de tecnologia da previdência social - DATAPREV, entendemos que o não atingimento das mesmas decorreu da empresa ainda estar se adequando ao conhecimento do negócio previdência do servidor público. Ficou bem visível no final do exercício os avanços do conhecimento das necessidades dos RPPSs pela DATAPREV, levando-nos a crer que para 2014 haverá agilidade na entrega de produtos. Outro fator de avanço é o maior envolvimento dos gestores de previdência, e do próprio servidor.



II CONGRESSO GAÚCHO DE PREVIDÊNCIA

17 a 19 de março de 2014

Centro de Eventos AIAMU
Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Inscrições: www.agip.org.br
Informações: congresso.gaucho@sinos.net
agip@sinos.net

Imagem original de Lima Pix disponível sob licença creative commons 2.0 foi modificada neste anúncio.

Apoio Institucional:



Realização:





Do outro lado da mesa

Com formação em Administração de Empresas, há 18 anos integro os quadros do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, no qual ocupo o cargo de auditor de contas públicas, então lotado no Departamento de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária, o qual chefei pelo período de 13 anos.

Em meados de 2011, fui convidado pelo Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, para assumir a presidência do regime previdenciário estadual - a Paraíba Previdência (PBPREV).

De início, tive uma grande satisfação em aceitar o desafio, carregando a responsabilidade de ser o primeiro servidor efetivo a assumir o cargo. Pela minha formação acadêmica e pela experiência profissional na área, imaginei que seria fácil administrar um RPPS.

No entanto, passada a euforia inicial, deparei-me sentado do outro lado da mesa, repleto de problemas a solucionar e com uma infinidade de exigências legais a cumprir. Até então, apenas cobrava a solução daqueles e o cumprimento destas. Agora, cabia a mim a execução destas atividades.

Foi então que me vi diante de uma série de desafios que precisavam ser vencidos para tornar o regime

previdenciário mais ágil e eficiente, tais como: déficit atuarial e financeiro; processos administrativos de concessão de benefícios morosos; procedimentos ineficientes; contratos mal geridos; ausência de gestão da folha de pagamento dos inativos e pensionistas; servidores desmotivados; parque tecnológico arcaico; ausência de gestão dos documentos arquivados, entre outras situações.

Apesar de contar com a capacidade técnica e a dedicação da equipe de trabalho na busca pela solução dos problemas, logo pude perceber os entraves e a morosidade existentes na Administração Pública.

Estava diante de um novo horizonte: a regularização e a modernização do regime previdenciário não seriam tão simples como eu, na condição de auditor, até então imaginava.

Por muitas vezes, nós, agentes do controle externo, apontamos que determinada irregularidade seja imediatamente sanada, partindo do pressuposto de que, para tanto, basta a simples “boa vontade” do gestor.

Esquecemo-nos, no entanto, que o saneamento de determinadas inconsistências não dependem única e exclusivamente da atuação do gestor, sendo



Litoral da Paraíba. Fotos: Reprodução.



necessária, na sua grande maioria, a participação de outros agentes políticos na construção da medida sanatória.

Para ilustrar tal situação, temos a imprescindibilidade de atuação do Chefe do Poder Executivo para deflagrar o processo legislativo tendente ao, por exemplo, equacionamento do déficit financeiro e atuarial.

Na referida hipótese, para não configurar sua inércia, cabe ao gestor tão-somente informar oficialmente ao Governador a existência de tal irregularidade e oferecer todos os dados necessários para subsidiar a propositura de um projeto de lei.

Desse modo, ao longo da experiência ora vivenciada, cá do outro lado da mesa, inferi que falta a muitos de nós, auditores de controle externo, uma visão gerencial da Administração Pública. Ademais, percebi que não se pode aplicar a legislação tão somente sob sua exegese literal, mas, sobretudo, mediante uma análise sistemática de nosso ordenamento jurídico.

Nos últimos anos, verificou-se que os Tribunais de Contas têm oferecido cotidianamente cursos

e treinamentos aos agentes políticos, visando o aperfeiçoamento da atividade administrativa. Busca-se, assim, privilegiar a orientação em detrimento da punição pura e simples.

Apesar de louvável e imprescindível, tal iniciativa não é suficiente. É necessário que os próprios auditores de contas públicas conheçam o funcionamento gerencial da máquina pública e seus entraves.

Hoje, apesar de todos os percalços enfrentados e dos inúmeros desafios ainda existentes, posso constatar que, com o apoio do Governo e da equipe que compõe a PBPREV, muitos avanços foram alcançados. Simplificamos tarefas, desburocrizamos procedimentos e nos tornamos mais eficientes. Reduzimos nossos custos administrativos em 30%; aperfeiçoamos nosso parque tecnológico; modernizamos a gestão de documentos; instituímos o programa “PBPREV Agiliza”, em que o benefício de aposentadoria é concedido em até 30 dias.

No entanto, não posso deixar de confessar: é mais fácil exigir do que executar! A todo auditor deveria ser dada a oportunidade e a experiência de sentar do outro lado da mesa.



Eduardo Moreira

Eduardo Moreira explica como a Geração Futuro conseguiu obter ótimos resultados em um ano difícil para o Ibovespa

Revista RPPS do Brasil: Passado mais de um ano do anúncio da junção da Plural com a Geração Futuro, pode-se dizer que já existe uma sinergia. O que agregou para a área de análise com as duas empresas trabalhando juntas?

Eduardo Moreira: A Geração Futuro conta com uma equipe de análise de empresas absolutamente diferenciada, com analistas cobrindo empresas há mais de 10 anos, próximos à gestão dos negócios, e um histórico de trazer importantes nomes para o mercado de capitais, como Randon e Forjas Taurus. Essa tecnologia fundamentalista foi adicionada à visão macroeconômica da Brasil Plural, que possui em seu quadro de sócios economistas experientes, como Mário Mesquita ex-diretor do Banco Central. Somou-se também uma capacidade de análise externa, fundamental dada a globalização dos mercados, e uma gestão mais ativa e com capacidade de compreender os componentes técnicos do mercado, importantíssimo em momentos de crise.

2013 foi um ano muito complicado para os Fundos de Investimentos em Ações e para o IBOVESPA, como a Geração Futuro conseguiu extrair valor nesse cenário gerindo os Fundos de Investimentos oferecidos aos clientes institucionais?

Nos orgulhamos na Geração Futuro por todos os nossos fundos em 2013 estarem entre os melhores do mercado. Mesmo em fundos focados no Índice Ibovespa, que caiu mais de 15% em 2013, conseguimos performance superior ao CDI! Em um ano incrivelmente difícil, nos apresentamos como uma boa solução para nossos clientes. Isto só aumentou nossa parceria com os institutos. Nosso diferencial foi procurar crescimento em setores

e empresas com pouca correlação com o baixo crescimento brasileiro. Investimos em negócios cuja receita cresce mais de 15% ao ano, com expansão de margens. Estes resultados, inexoravelmente, refletem-se na rentabilidade dos fundos.

Você acha que a mudança que ocorreu em 2013 no principal indicador usado como benchmark para os fundos de renda variável - IBOVESPA - pode melhorar de fato essa mensuração na Bolsa Brasileira?

Sim. A nova composição de Índice Ibovespa trouxe um maior reflexo da economia nacional, uma composição com menores riscos de distorções técnicas e um alinhamento maior com o tamanho das empresas e, consequentemente, com IBX-50.

Segundo os analistas não temos ouvido boas perspectivas para o ano de 2014, qual a sua opinião?

O ano de 2014 não começou bem para a bolsa e estamos vendo riscos similares aos de 2013. Principalmente o risco de inflação e fiscal, com a necessidade do governo realizar ajustes para cumprir um superávit primário condizente com os desafios atuais. Entretanto, nós da Geração Futuro estamos enxergando novamente grandes oportunidades porque fazemos, primordialmente, uma gestão de riscos. Alguns de nossos investimentos podem inclusive se beneficiar de um cenário conturbado, como empresas com receitas em dólar e ligadas ao setor financeiro que se beneficiam de taxas de juros crescentes.

Você acha que as eleições neste ano irão gerar um grande impacto no mercado?

Existe um risco sim porque não há só eleição no Brasil,

mas também nas principais economias emergentes. Seremos potencialmente, portanto, afetados pelo cenário e investidores externos que estão com um alto nível de aversão a riscos. Não acreditamos, porém, que a eleição deva mudar os fundamentos da economia brasileira, o que nos deixa otimistas e convictos que excelentes oportunidades de investimento surgirão com esta volatilidade.

Partindo desse pressuposto qual a estratégia de vocês para extrair valor do cenário citado?

Continuar a investir em empresas com alto crescimento (acima de 15%), alto retorno sobre o capital investido (também acima de 15%), e com alguma proteção em um cenário mais forte de crise, como uma eventual queda nominal do PIB. Estaremos sempre atentos a possíveis mudanças no portfólio. Em um ambiente de incerteza o que demorava anos para se realizar acontece em meses. Nestes aspectos é que apresentamos nosso diferencial: a capacidade de fazer uma gestão ativa e medir corretamente os riscos nas decisões de investimento.

Como está o posicionamento das carteiras e qual a perspectiva de upside para os próximos 12 meses?

Estamos com um caixa um pouco superior a nosso histórico, e bem superior à concorrência. Temos convicção que nossos ativos renderão, no médio prazo, mais que as taxas de juros e não desperdiçamos oportunidades em tomar riscos responsáveis para nossos clientes. Mudamos pouco a composição da nossa carteira nos últimos 12 meses, adicionando apenas algumas empresas com receitas ligadas ao nível do dólar, o que aumenta nossa proteção. Só investimos em empresas cujas ações possuem um potencial de valorização acima de 30%. Então acreditamos que podemos repetir em 2014 o excelente ano que tivemos em 2013, mesmo num cenário adverso.

Na visão de gestor qual é a importância de uma carteira diversificada em Fundos de Ações para a carteira de investimentos dos Institutos de Previdência e quais benefícios esses fundos podem trazer?

Acredito que os Institutos de Previdência devam procurar especialistas, principalmente em gestão de risco, para investir em ações. E devem escolher seus parceiros observando aqueles que se provaram como

boas opções nos momentos difíceis. O benefício que estes fundos com performance diferenciada podem trazer, é a terceirização de uma equipe de especialistas, algo custoso para os Institutos. Nós da Geração Futuro montamos uma plataforma completa de produtos, serviços e tecnológica, totalmente voltada para os Institutos de Previdência. Esta é a chave do sucesso de nossa consistência na performance.

Você acha que os RPPSs devem aumentar sua exposição em renda variável mesmo com a bolsa brasileira num cenário não favorável? Por quê?

Acredito que existe valor para os RPPS em aumentar sua exposição à renda variável. Isto porque a economia brasileira oferece setores e empresas que são pouco ou nada afetados pelo cenário macroeconômico adverso, e em alguns casos até beneficiados. Por exemplo, muito se fala da intervenção do governo como algo ruim para as empresas, mas há setores que podem se beneficiar, como o de educação, positivamente afetado por programas de financiamento e profissionalização do ensino superior.

Tem perspectivas de novos produtos para os RPPS?

Sim. Em 2013 lançamos um fundo de ações voltados para pequenas empresas. Temos a capacidade de selecionar pequenas jóias brutas que acreditamos que serão as novas estrelas da bolsa no futuro. Temos performance comprovadas nesses produtos e mais do que nunca convidamos os RPPS para estarem juntos conosco neste processo de crescimento e construção destes grandes negócios.

Outro ponto que merece destaque é o programa de capacitação de gestores de RPPS promovido pela Geração Futuro através de mais de 25 cursos ao longo dos últimos 4 anos. Estes cursos vem auxiliando os institutos parceiros da Geração Futuro na gestão de seus portfólios e consequentemente no atingimento de suas metas atuariais. O aumento do percentual alocado em renda variável, quando feito de forma responsável e estudada, pode contribuir de forma inequívoca para o atingimento destes resultados. Neste sentido, os fundos de renda variável da Geração Futuro, com os excelentes resultados obtidos em 2013 (superando inclusive a variação do CDI) foram grandes aliados dos institutos, como revela Eduardo Moreira em sua entrevista.



João Martinussi, Rivaldo, Sullivan e Priscila - Equipe Comercial Institucional da Geração Futuro



São Paulo – 11 3524 8888
Porto Alegre – 51 2121 9500
Rio de Janeiro – 21 2169 9999
institucional.sp@gerafuturo.com.br
www.gerafuturo.com.br



Em Goiás, atualmente cerca de 180 municípios já implantaram o RPPS e necessitam de se adequar para o atendimento às exigências do Ministério da Previdência. Uma delas é a necessidade de certificação de gestores. O consultor de previdência da AGM – Associação Goiana dos Municípios e membro da Comissão de Previdência da OAB-GO, Mauro Branquinho (foto), destaca que as principais vantagens para os municípios é a economia obtida uma vez que a alíquota patronal do INSS é de 22%, enquanto que no regime próprio ela pode cair para até 11%. E para auxiliar as prefeituras no trabalho de certificação foi firmada parceria entre AGM, TCM-GO, OAB-GO e a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais para promover curso de capacitação de gestores em Goiás. O primeiro aconteceu em fevereiro, os demais, também gratuitos, estão sendo ministrado uma vez por mês até o final do ano, com duração de três dias e 21 horas/aula.

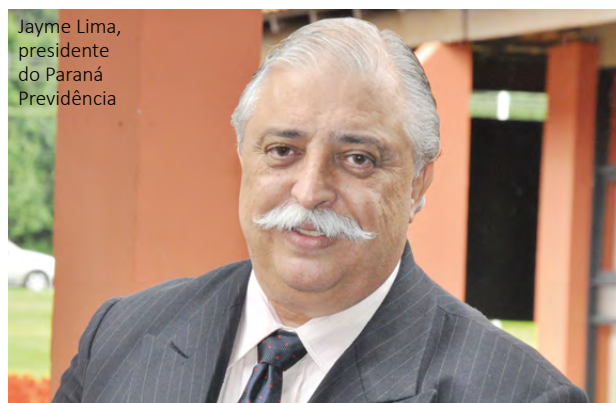


Mauro
Branquinho



O deputado Saraiva Felipe acompanhado das diretoras da Revista RPPS do Brasil, Iliane Fonseca e Ana Paula

Com a criação da Frente Parlamentar em prol do RPPS brasileiro, a qual é presidida pelo deputado federal Saraiva Felipe, do PMDB/MG – na foto acompanhado das diretoras da Revista RPPS do Brasil, Iliane Fonseca e Ana Paula-, as perspectivas para os avanços no mercado de regime próprio de previdência são muito boas. Ele afirma que embora 2014 seja um ano complicado em virtude da copa e das eleições, que a Frente Parlamentar trabalha visando identificar no Parlamento Federal todas as matérias que tratam do assunto RPPS. Com este levantamento em mãos, a Frente irá fazer uma triagem para eleger prioridades e buscar o encaminhamento das soluções.



Jayme Lima,
presidente
do Paraná
Previdência

As contas de 2011 do ParanaPrevidência foram julgadas regulares pelo Tribunal de Contas do Paraná com 4 ressalvas e 2 recomendações. A decisão, da qual cabe recurso, foi tomada pelo Pleno do Tribunal, na sessão de 30 de janeiro. O responsável pelas contas foi o diretor-presidente do órgão previdenciário dos servidores estaduais naquele exercício, Jayme de Azevedo Lima (foto). Uma das ressalvas foi a falta de reserva de recursos para suportar as perdas financeiras decorrentes de decisões desfavoráveis ou com probabilidade de perdas, relativas ao Fundo de Previdência. Também foi verificada a falta de fixação de alíquota previdenciária incidente sobre parcela de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Uma das recomendações foi que fizesse a avaliação da perda de receita decorrente da demora da instituição em adotar a contribuição previdenciária de 11% dos servidores. No Paraná, essa alíquota só foi instituída a partir da Lei Estadual 17.435/12, que reestruturou o Plano de Custeio e Financiamento do RPPS do Estado. Até então, a alíquota era 10%.



A Comissão Especial da Assembleia Legislativa que discute a implantação do sistema único de previdência no Mato Grosso promoveu reunião com o Fórum Sindical, Sindicatos e Associações representativas dos servidores e ainda com o Ministério da Previdência e representantes do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado de Administração, Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública, visando a unificação dos regimes de previdência e implantação do Fundo Previdenciário de Mato Grosso (MT Prev). Segundo o presidente da Comissão, deputado José Riva/PSD, é necessário avançar no projeto. “Estamos falando da criação

de um fundo que vai dar tranquilidade aos aposentados e pensionistas e ao próprio Estado, pois será auto-suficiente. É possível assegurar, a médio prazo, um aporte de R\$ 13,8 bilhões, garantindo que o Estado terá uma previdência equilibrada nos próximos 75 anos. Estamos assegurando os direitos das gerações atuais e futuras e por isso é importante aprofundar esta discussão com todos os poderes e com os servidores”, disse ao afirmar que um dos mecanismos para atingir tais objetivos são os aportes de bens e direitos do Estado para a previdência, a partir da monetização deles através de fundos de mercado que serão estruturados via bancos públicos.



Até o final de 2014 os aposentados e pensionistas assistidos pelo Sergipeprevidência poderão solicitar e receber cópia do processo de pensão e aposentadoria em tempo real. A novidade é por conta do processo de digitalização, microfilmagem e certificação digital que o Instituto vem realizando. O projeto, que faz parte do planejamento estratégico, reduz o tempo de espera, que antes era de 30 dias para 2 horas. A previsão é que este procedimento seja reduzido em até 5 minutos já nos próximos meses. De acordo com o Diretor Presidente do Sergipeprevidência, Augusto Fábio (foto), esse processo de digitalização tem o objetivo de dar mais celeridade no atendimento. “Essa iniciativa

vem dar mais conforto ao cidadão na hora de solicitar e receber a cópia do seu processo administrativo, de aposentadoria ou de pensão. Antes, esse trâmite durava em média trinta dias. Trabalhamos e conseguimos encurtar esse prazo para duas horas e pretendemos diminuir o tempo para cinco minutos até o final deste ano”, pontuou ao destacar que a digitalização trará ao Governo do Estado, além de maior segurança documental, uma economia de cerca de R\$25mil, que são gastos mensalmente com energia, vigilância, limpeza, manutenção predial, entre tantos serviços que garantem a segurança da guarda e manipulação dos mais de 26 mil processos”, explicou Augusto Fábio.

Foi lançada pela Rede Previdência a Livraria da Previdência. De acordo com seu coordenador, Ricardo Souza, “a livraria terá 03 formas de lançamento, o primeiro será pelo próprio Blog, um lançamento virtual, a outra será um lançamento nacional, presencial, cujos detalhes ainda serão definidos e ainda lançamentos regionais, em combinação com os autores das obras lançadas. A Livraria começará com 5 obras. No entanto, para que o público possa acompanhar e compreender cada obra, será lançado um livro a cada momento. Temas como aposentadorias, inelegibilidade dos agentes públicos, fundos previdenciários e o desenvolvimento do Nordeste e ainda auditoria previdenciária serão encontrados na livraria. Também teremos uma Revista Científica da Previdência, fechando o elenco de obras. São livros que não se encontram nas livrarias comuns e trazem um conhecimento muito especializado. Estamos criando um espaço para os autores, espaço que não existe nas editoras comuns, e um conhecimento para os leitores, que estavam carentes de um conhecimento tão prático e especializado”.



Os Estados e municípios tentam convencer o governo a criar uma loteria, desonerar tributos e apertar as regras para liberação de pensão por morte no serviço público para aumentar as receitas dos RPPSs e, com isso, garantir o pagamento das aposentadorias no longo prazo. O déficit financeiro da União, Estados e municípios atingiu a marca de R\$ 78 bilhões em 2012, segundo dados do Ministério da Previdência. Ou seja, a arrecadação previdenciária não tem sido suficiente e os entes públicos estão retirando dinheiro do caixa para bancar as aposentadorias. Em 2011, essa conta era negativa em R\$ 66,5 bilhões. Os valores para 2013 ainda não foram finalizados. Levantamento feito por um grupo de trabalho

criado para obtenção de novas receitas para o RPPS projeta que, neste ano, 13 Estados brasileiros estarão acima desse limite e outros 7 chegarão próximos do teto. Outros 7 Estados, de acordo com o diagnóstico, estariam abaixo do limite prudencial. O grupo de trabalho é formado por representantes de governos municipais, estaduais e federal. O déficit do RPPS em 2012 está concentrado na União (R\$ 57,6 bilhões) e Estados (R\$ 33,7 bilhões). Para resolver a situação no longo prazo, o Executivo criou um fundo de previdência complementar para seus servidores e incentiva os Estados a fazer o mesmo. No caso dos municípios, os números consolidados mostram resultado superavitário de R\$ 13,6 bilhões.



O gerente nacional da CEF de pessoa jurídica pública, Luigi e a consultora da CEF, Maria Christina

A Caixa Econômica Federal, atualmente, tem um total de ativos no mercado na ordem de R\$ 74 bilhões. Segundo o gerente nacional da CEF de pessoa jurídica pública, Luigi Tenório, na foto acompanhado da consultora da CEF, Maria Christina, a CAIXA administra esses recursos de terceiros- RPPS no montante de R\$ 27.117 bilhões, o que a mantém como líder deste mercado. “Esta posição refere-se ao mês de janeiro deste ano. O bom relacionamento mantido com os gestores desses recursos, aliado a estruturação adequada dos fundos destinados ao público são os principais diferenciais neste mercado, bastante competitivo”, destaca Luigi.



Duas semanas após o Tribunal de Contas verificar, por meio de um levantamento junto ao Ministério da Previdência, que 22 municípios pernambucanos deixaram de apresentar os resultados de seus regimes próprios de previdência, ou dados atuariais, 5 cidades regularizaram sua situação. São elas: Camutanga, Ibirajuba, Orobó, Ribeirão e São João. Outras três, Caetés, Moreilândia e Trindade, alegaram problemas operacionais para divulgação das operações e se comprometeram em efetuar a divulgação de forma correta, em breve. Ao todo, foram expedidos ofícios circulares aos prefeitos e gestores dos RPPSs de 22 municípios solicitando esclarecimentos sobre a ausência da divulgação da avaliação. Até o momento, 14 municípios não apresentaram os dados e nem responderam ao ofício.

Nova diretoria do CONAD do IPREV/DF é empossada. Os membros foram indicados pelo Fórum de representantes dos Servidores do Distrito Federal e a partir de agora têm a missão de administrar o Conselho de Administração do IPREV/DF. A solenidade de posse contou com a presença da Coordenadora Geral de estudos técnicos do Ministério da Previdência, Nancy Ramos, do Secretário de Administração Pública Wilmar Lacerda, do Presidente do IPREV Edevaldo Fernandes Silva, do Vice-presidente do IPREV/DF Sinval Melo Monteiro, das Diretoras Perolina Carvalho, Raquel Galvão e Regina Pellicano, dentre outras autoridades. O Conselho de Administração do IPREV/DF-CONAD é o órgão máximo de governança da Instituição, sendo o responsável por deliberar sobre as políticas de previdência para os servidores do Distrito Federal e é composto pelo colegiado paritário de representantes dos servidores e do governo do Distrito Federal, sendo 07 membros de cada representação.



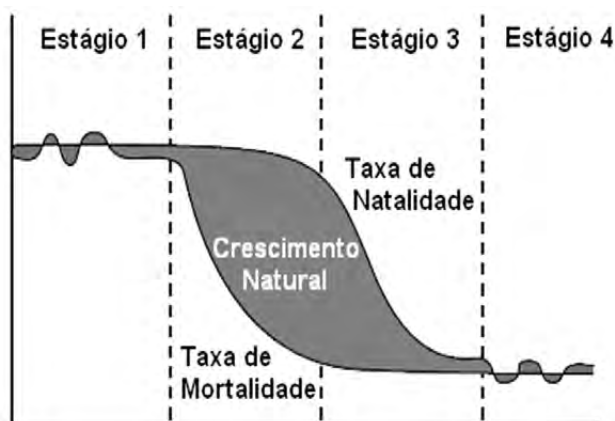
*Pesquisador / Demógrafo do IBGE. Mestre em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Professor Colaborador da ENCE/IBGE e da UFRN. Graduado em Ciências Atuariais pela UFRJ. Atuário MIBA nº 1.116. Pós-graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Perito Atuarial Oficial nº 3.597, nas áreas de Previdência, Seguros, Capitalização e Planos de Saúde. Especialização em Gestão Atuarial, Previdência Pública e Privada e Planejamento Estratégico. Consultor na área de Previdência Pública (RPPS) e Privada (Fundos de Pensão).



Participação da sociedade civil na gestão dos regimes de previdência dos servidores públicos

A Transição Demográfica (TD) é um fenômeno que ocorre em todos os países do mundo, sem exceção. Na ilustração abaixo pode-se perceber como se deu a mudança do cenário de altas taxas de natalidade e mortalidade (estágio 1) para o de baixas taxas de natalidade e mortalidade (estágio 4). No estágio 2 da TD, a taxa de mortalidade decresce fortemente, principalmente em função dos avanços na medicina e do aumento da escolaridade dos indivíduos, enquanto a taxa de natalidade se mantém elevada, embora ligeiramente decrescente, ocasionando uma explosão populacional. No estágio seguinte (estágio 3) a taxa de natalidade decresce de forma mais acentuada até se aproximar da taxa de mortalidade (estágio 4) em níveis baixos.

Ilustração 1 – Estágios da transição demográfica



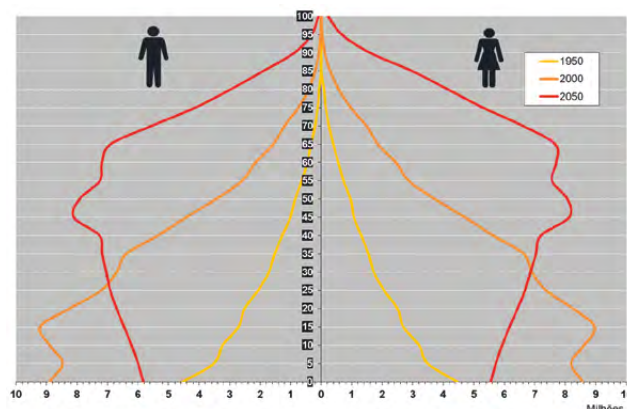
Fonte: desenvolvido pelo autor

Esse fenômeno da Transição Demográfica ocasiona em mudanças significativas no padrão por sexo e idade da população brasileira, representado graficamente pelas “pirâmides populacionais”, onde o formato clássico de uma pirâmide (base larga e cume estreito) observado em 1950 dará lugar a uma pirâmide com formato de “barril” (base estreita e “miolo” largo) em 2050.

O Gráfico 1 apresenta as pirâmides populacionais sobrepostas do Brasil (1950, 2000 e 2050) onde a população masculina fica representada ao lado esquerdo do eixo vertical das idades, enquanto que a

população feminina localiza-se ao lado direito, com os respectivos quantitativos (em milhões) de indivíduos no eixo horizontal.

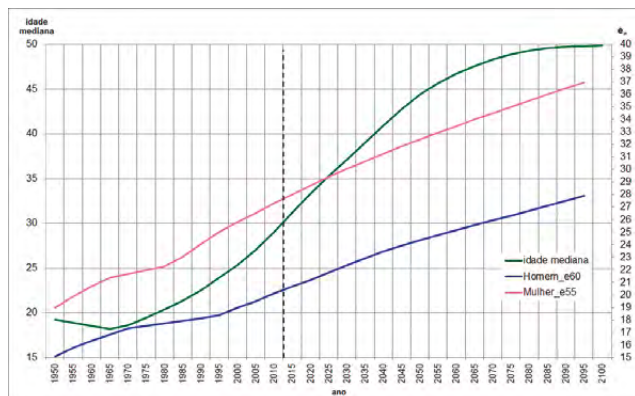
Gráfico 1 – Pirâmides populacionais sobrepostas – Brasil 1950, 2000 e 2050



Fonte: World Population Prospects: The 2012 Revision

A partir da queda dessas taxas de mortalidade e natalidade ocorrida ao longo dos anos no Brasil, é de se esperar um paulatino aumento da expectativa de sobrevivência dos indivíduos, bem como um aumento progressivo da idade mediana da população brasileira, visto que nascerá um quantitativo menor de pessoas ao longo do tempo bem como mais indivíduos chegarão às idades mais avançadas. O Gráfico 2 a seguir ratifica as observações feitas. O mesmo possui dois eixos verticais, onde no eixo da esquerda (referência da linha verde) observa-se a evolução da idade mediana entre 1950-2010 e projeções até 2100, e no eixo da direita, as expectativas de sobrevivência masculina aos 60 anos de idade (e60 – referência linha azul) e feminina aos 55 anos de idade (e55 – referência linha rosa). Por exemplo, no ano de 2010 a idade mediana da população brasileira era de aproximadamente 29 anos enquanto que em 2030 as projeções apontam para patamares próximos aos 37 anos. Já com relação à expectativa de vida, temos que em 2010 a expectativa de vida para homens aos 60 anos (e60) era de mais 20,1 anos enquanto que a expectativa de vida para mulheres aos 55 anos (e55) era de mais 27,3 anos.

Gráfico 2 – Evolução da idade mediana e da expectativa de vida (ex)



Fonte: World Population Prospects: The 2012 Revision

Consubstanciado nos conceitos e informações apresentadas foi calculado um indicador batizado de RAZÃO DE DEPENDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA ou simplesmente RDP, para homens e mulheres. Como na legislação vigente as regras de aposentadoria apresentam diferenciais por sexo, as fórmulas de cálculo são ligeiramente diferentes. Na prática, esse indicador apresenta o número de indivíduos em gozo de benefício previdenciário para cada 100 indivíduos em plena vida laborativa (aqui convencionada com início aos 20 anos), dentro da lógica do financiamento previdenciário em Repartição Simples (ou Regime de Caixa), em que os participantes ativos financiam o pagamento do benefício para os inativos, na esperança de que quando inativos forem existirão participantes ativos que custearão o pagamento de seus benefícios, determinando um genuíno pacto entre gerações. Com isso a RDP é definida como:

$$RDP_{homem} = \frac{pop_{H60+}}{pop_{H20-59}}$$

$$RDP_{mulher} = \frac{pop_{M55+}}{pop_{M20-54}}$$

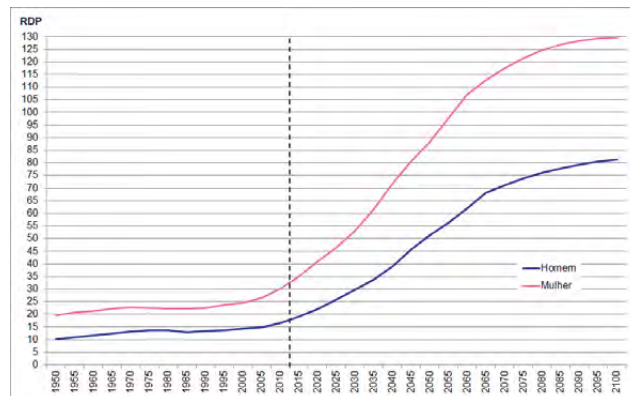
Onde:

pop_{H60+} = população masculina com 60 anos ou mais;
 pop_{H20-59} = população masculina entre 20 e 59 anos;
 pop_{M55+} = população feminina com 55 anos ou mais;
 pop_{M20-54} = população feminina entre 20 e 54 anos;

O Gráfico 3 apresenta a evolução da RDP entre 1950-2010 e projeções até 2100. Tanto a curva masculina (linha azul) quanto a curva feminina (linha rosa) apresentam um padrão logístico de crescimento ao longo dos anos. Por exemplo, em 2010 a RDP para homens era de 16,5 pessoas teoricamente em gozo de benefício para cada 100 pessoas em plena vida laborativa enquanto que as projeções para 2030 apontam para um quantitativo de 29,8 inativos para cada 100 ativos, quase o dobro quando comparado com 2010. Já para as mulheres em 2010 tínhamos 30,2 pessoas em gozo de benefício para cada 100

mulheres ativas enquanto que em 2030 teríamos 53,1 mulheres na inatividade para cada 100 mulheres trabalhando. Cabe salientar que, pelo observado no gráfico, estamos apenas no início da “escalada” dessas curvas e a tendência é que essa relação inativos x ativos torne-se cada vez menos favorável aos Regimes Previdenciários que financiam seus benefícios no Sistema de Repartição Simples. Para as mulheres a projeção dessa RDP chega a ultrapassar 100 para 100 a partir do ano de 2060, tornando completamente inviável essa forma de financiamento.

Gráfico 3 – Razão de dependência previdenciária (RDP)



Fonte: World Population Prospects: The 2012 Revision

Acontece que a norma previdenciária dos RPPS's reza que os benefícios programáveis, como é o caso das aposentadorias voluntárias e compulsória, devem obrigatoriamente ser financiados em Regime de Capitalização. Infelizmente a prática mostra que o pacto geracional introduzido pelo Regime de Caixa continua sendo preponderante nos quase 2000 RPPS's no país, principalmente no maior deles, o da União. Esse cenário acarretará em uma nova e iminente reforma da doutrina previdenciária, restando saber apenas quando isso ocorrerá.

É óbvio que um período de transição tornar-se-á necessário para que todos os RPPS's encontrem-se plenamente capitalizados e um conjunto de atitudes necessitam ser tomadas, seja via aportes de capital, orçamentários ou não, seja via canalização de recursos de dívida ativa, de royalties específicos, doações de bens imóveis com valor de mercado, compensação previdenciária e melhores retornos dos investimentos, sem nunca esquecer do principal: uma gestão verdadeiramente técnica e profissional dos RPPS's. Capitalização já!!!

¹A idade mediana é aquela que divide a distribuição de idades em duas partes com quantitativos equivalentes de pessoas em cada parte, ou seja, 50% da população possui idades inferiores à idade mediana e 50% da população possui idades superiores a ela.

²Na regra de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em média, os homens completam as elegibilidades para requerer o benefício com 35 anos de contribuição e 60 anos de idade e as mulheres com 30 anos de contribuição e 55 de idade, ou seja, 5 anos a menos.

³Nesse caso o benefício previdenciário de aposentadoria.

⁴Do inglês: “pay as you go”.

⁵Segundo o § 1º do Art. 4º da Portaria nº 403/2008: “O Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para o financiamento das aposentadorias programadas e pensões por morte de aposentado.”

*Economista com Master en Dirección y Gestión de Planes y Fondos de Pensiones, pela Universidad Alcalá, Especialista em Banking, pela Universidade Mackenzie, Finanças pelo Centro Educacional da BMF&Bovespa. É professor de cursos de graduação e pós-graduação. Diretor Presidente do IPREV/DF. Foi Diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis na PREVIC, fundador da Escola de Formação Previdenciária, Presidente do Conselho Fiscal da Aperam, Superintendente do IPREM/SP, Conselheiro das associações APEPREM/ABIM.



Educação Previdenciária

O papel da educação previdenciária na criação de valor nos RPPS

Explicitar a criação de valor nas entidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS através da educação previdenciária, conjunto de ações que informam, orientam e formam os diversos públicos que atuam nos institutos, principalmente, na explicitação da necessidade de cobertura dos riscos laborais e do respectivo custo previdenciário. Discutir a governança nas entidades, medida de integração e atuação em comum dos fóruns de gestão dessas organizações - Diretorias, Conselho Administrativo e Conselho Final- na construção e institucionalização de um RPPS.

Em 2013, passados 10 anos de minha atuação na gestão do Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM/SP, volto ao time de gestores de um importante RPPS, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.

Formador na Escola de Formação Previdenciária, com cursos ministrados para mais de 180 organizações, com passagens pelo conselho fiscal da Acesita, atual APERAM, e APEPREM, e outras organizações, sendo

na última experiência, supervisor das entidades na diretoria de monitoramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de supervisão e fiscalização dos Fundos de Pensão Fechados, me possibilitou ser um expectador privilegiado das transformações ocorridas nas entidades de previdência.

Contextualizando o período

O período de 2002 a 2005 foi de grandes impactos legais, financeiros e sociais, que oportunizaram muitas experiências, e o fortalecimento das entidades representativas dos gestores dos RPPS e dos entes públicos: APEPREM, ABIPEM, ANEPREM, CONAPREV e outros. Todos envolvidos na discussão dos principais problemas existentes na previdência dos servidores públicos do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Surgiram estratégias assertivas, como na APEPREM, com a interiorização das ações das entidades, a criação da Escola de Formação Previdenciária, a busca de

participação mais efetiva dos gestores, dos servidores públicos, dos governantes e dos profissionais, na construção de políticas e ações previdenciárias, que formaram a gestão dos RPPSs.

Desde então, no âmbito nacional, a integração das ações das associações foram incorporadas e aplicadas, auxiliando no surgimento das demais associações de Estados. Além de instrumentos de maior divulgação como a Revista RPPS do Brasil, que dá alcance a milhares de entidades e atores.

Desde 2002, já foram dez Ministros da Previdência, duas reformas na previdência dos servidores. Entre 2003-2007 estabeleceram o teto, a média para cálculo do valor do benefício, os percentuais mínimos de contribuição, a contribuição para aposentados e pensionistas, que recebem acima do teto do INSS, e esta última de 2012, que instituiu a previdência complementar dos servidores públicos e a partir da criação por cada Ente, limitando para os novos servidores a manutenção do RPPS até o teto do INSS, atualmente em R\$ 4.359,00.

No mesmo período, foram quatro resoluções do Conselho Monetário Nacional (Res.3.922-2010, 3790-2009, 3.506-2007 e 3.244-2004) normatizando a alocação de recursos dos Regimes Próprios. No mesmo período, diversos bancos foram liquidados caso dos bancos Santos, Cruzeiro do Sul, Prosper, Morada, Schain, Matone, Rural, Panamericano, BVA e outros.

Passamos ainda pela maior crise dos últimos 80 anos, iniciada em 2008, com impactos na economia mundial; no Brasil, embora sentido menores impactos, a crise tem mantido o mercado de capitais nacional andando abaixo de todas as expectativas, sem conseguir o vigor, de antes da crise.

Neste intervalo, o Brasil conquistou a oportunidade de realizar os dois maiores eventos esportivos, a Copa em 2014 e as Olimpíadas para 2016. A construção de estádios, projetos de mobilidade e acessibilidade geraram questões sobre custos e, também, sobre o legado para as gerações futuras.

A governança – contexto e evolução

Ao falarmos de governança, descrevemos um estágio evoluído da gestão dos Institutos, organizações que tem planejamento, metas, institucionalidade, segregação e integração das funções de conselhos administrativo e fiscal com a diretoria das entidades. Além de considerar que todas tenham fóruns de reuniões efetivos, instrumentos adequados de comunicação e transparência, tais como, atas e relatórios, e mecanismos de controle, monitoramento e evidência da equação previdenciária.

Com a finalidade de sensibilizar os que contribuem e instituem os benefícios previdenciários, para que permita construir a consciência e utilizar as orientações adequadas, para avaliar suas opções. Como objetivo secundário, mas em sintonia com seu aspecto geral, discutir os elementos econômicos, laborais e sociais, que permitam proteger os servidores e o ente público dos impactos e afetações, com uma visão atemporal, fugindo da visão curto-prazista de mandato, e estabelecendo estudos e acompanhamentos sobre a viabilidade de longo prazo dos regimes previdenciários. Dentro desses objetivos, qualificar as transformações econômicas que afetam os fundamentos macroeconômicos e sociais, e construam as condições que possibilitem reduções das taxas de juros reais utilizadas nos fundos previdenciários aos padrões mundiais, em que se busque efetividade e capacidade de pagar os benefícios de forma mais racional às entidades de previdência, que podem e devem, constituir instrumentos que subsidiem os fóruns de governança, com intuito de ajustar e melhor, dimensionar esta equação.

Com esta caracterização do processo de governança fica claro que ainda estamos a alguns anos da adequação dos fóruns e dos participantes destes. Independentemente, se a representação é oriunda do Ente público ou dos servidores, independentemente se são eleitos ou indicados, fica claro que precisamos ampliar e amadurecer o processo pelo qual as representações de servidores e ente, podendo ser simplificada como de patrões e empregados, se posicionem na gestão dos institutos.

Longe de uma crítica, temos uma constatação. O processo de descontinuidade, o ciclo eleitoral gera a falta de formação ampla e continuada, e a não integração da gestão da carreira pública, com a etapa da inatividade, dificultam formar uma visão do, e no, ente de longo prazo.

Educação Previdenciária – Aplicada a gestão dos Regimes Próprios

Analisar e propor instrumentos de disseminação, exemplificação e acompanhamento da atuação, e gestão dos Institutos de Previdência, que solidifiquem a “cultura previdenciária”. Chamada importante para a disciplina de formação de poupança, em que os contribuintes patrocinados e os participantes segurados, dos fundos, são estimulados a perseverar na construção de uma linha do tempo, longa o suficiente, para suprir a necessidade previdenciária.

Ordenar às demandas de informação, diferenciando-as em políticas trabalhistas, previdenciárias, financeiras ou de atendimento, à regulamentação existente. Ao fim, apontar as condições para efetivar um processo de observação e ponderação, das melhores práticas,

no sentido de transformar instrumentos gerenciais estabelecidos pela controladoria e governança avançada, em alavancas para os Fóruns, Conselhos Administrativos, Fiscal e Diretoria, através de maior qualificação e transparência da gestão.

Nesse sentido é fundamental o diagnóstico e a compreensão dos principais problemas existentes nos planos de benefícios, representados no final da página pela tabela I, que foi construída a partir da discussão da reforma previdenciária no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão subsidiário à Presidência da República, com representantes da sociedade organizada, que no período de fevereiro a abril de 2003 abordaram os seguintes temas: benefícios previdenciários e transição; gestão das entidades e planos de benefícios; e previdência complementar.

Conclusão

A essência da Previdência está baseada em proteger a vida e as relações laborais dos indivíduos de uma sociedade. Daí termos a vida como o nosso maior bem, e o trabalho, como um caminho ao qual nos dedicamos ao menos 30 ou 35 anos, em alguns casos mais, portanto, uma longa jornada, na qual é construída a vida comunitária, social, pessoal e educacional de cada indivíduo, de modo a formar uma visão o mais ampla, humana, equilibrada e realizadora possível, para manutenção futura.

Os fundos previdenciários representam os aspectos mais relevantes que empregadores e empregados, elaboram na busca do caráter protetivo previdenciário. Neles, são definidos os benefícios, as regras que permitem seu gozo, e, principalmente, a necessidade de cobertura que os funcionários terão, ao término de sua vida laboral. Com isso, refletem o grau de importância que os servidores e o Ente público dão a questão previdenciária.

Tem-se o entendimento que a educação deve integrar o planejamento estratégico e os esforços dos Regimes Próprios, com vistas a demonstrar, possibilitar e comprometer seus dirigentes, conselheiros,

servidores, segurados, e entes patrocinadores, com os seguintes aspectos:

- Segurança econômico-financeira e atuarial dos fundos previdenciários, provendo liquidez, solvência e equilíbrio previdenciário.
- Adequação das regras, benefícios e aderência das premissas, às necessidades previdenciárias dos seus segurados, possibilitando planos com custos e coberturas, adequados.
- Acompanhar e mitigar riscos, estabelecendo a cultura de governança e controles, que permitam estabelecer, explicitar e clarificar aos segurados e entes públicos, entenderem que estes riscos são bem administrados.
- Impedir interesses conflitantes, através da gestão de pessoas, dos prestadores de serviços e de boas práticas de governança.
- Estimular a formação da poupança previdenciária, através de políticas de gestão de pessoas, do entendimento da necessidade de cobertura e do fortalecimento dos regimes de previdência.

A construção da Educação Previdenciária e Financeira pelos Regimes Próprios deve envolver seus fóruns de governança, prover fluidez das informações, e possibilitar a adequada gestão dos benefícios previdenciários, efetivando controles na supervisão e na melhor utilização dos recursos administrados.

As principais necessidades, que a educação previdenciária deve atender, são internas aos fundos previdenciários, isto quer dizer, aquelas que são capazes de adicionar qualidade ou subsidiar as decisões que segurados e entes patrocinadores devem tomar, e, que afetam benefícios ou obrigações, não cabendo mais apenas a conta de saída, que diz respeito apenas ao salário ou percentual de contribuição.

Termino, parafraseando o Mestre Paulo Freire : “Não basta saber que o Instituto de Previdência administra fundos previdenciários. É preciso compreender qual é o papel do Regime de Previdência para a sua vida, que todo benefício previdenciário tem um custo, que pode ser cobrado hoje, ou no futuro, e, que quando deixamos para o futuro, esse custo será muito mais caro”.

Tabela I - Principais problemas na previdência

1 Desconhecimento sobre Previdência Social	2 Desigualdade social
➡ O que é previdência?	➡ Regimes não são contributivos
➡ Existência de vários regimes	➡ Contribuições insuficientes
➡ Falta de transparência	➡ Generosidade em planos de benefícios
➡ Falta de governança	➡ Diferenciação entre setor privado e público
➡ Lista de devedores	➡ Não universalização
➡ Fraudes e usos políticos	➡ Isenções às entidades
3 Envelhecimento populacional	4 Redução do mercado de trabalho formal

Informações e Inscrições
www.agip.org.br
agip@sinos.net

XII Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública

12, 13 e 14 de maio - 2014 - Caxias do Sul - RS
Centro de eventos do Personal Royal Hotel

12
maio

“Legislação aplicada aos
Regimes Próprios”

13
maio

“Finanças e Investimentos”
“Gestão, Controle e Custeio do RPPS”

14
maio

“Novas Receitas, COMPREV
e PASEP dos RPPS”
“Modelos de gestão de RPPS”

Realização:



Apoio Institucional:



Instituto Brasileiro de
Direito Previdenciário - IBDP



Patrocínio:





Conselheiros de RPPS, capacitação é o caminho (sem volta)!

Ser Conselheiro de RPPS não é somente cumprir a lei (CF de 88 Arts. 10 e 194 VII- 1, Lei 9717/98 Art. 1º VI - 2 e ainda Lei 12.527/2011 Art. 8º- 3) e sim, exercer o direito de cidadania, valorizando sua indicação para compor o órgão da administração pública que corresponde a “visão, audição e a voz da sociedade”. Para que os Conselheiros tenham condições de exercer seus direitos e deveres, se faz necessário a construção do conhecimento das normas legais e morais. Não é simplesmente ser nomeado por indicação política ou através de reconhecimento de suas condições intelectuais através de eleição entre seus pares, mas é de extrema importância que os servidores tenham capacitação continuada, fazendo ou não parte de conselhos. Como identificar irregularidades sem a condição técnica de localiza-las? Participação em congressos, seminários, palestras e especializações são ferramentas que podem ajudar neste sentido.

Tenho visto que há um entendimento para alguns servidores, que os RPPSs são meios de fazer turismo

com dinheiro público, pode até ser, mas isso vai depender do que os participantes fizeram para comprovar que estiveram presentes efetivamente e entenderam, ou, que pelo menos, tentaram entender aquilo que era explanado nas palestras dos eventos. Uma forma clara de demonstrar e valorizar a participação é através de relatórios que podem ser publicados inclusive nas redes sociais na internet, dando ainda mais acesso a informação por parte dos “amigos” que não participaram, mas principalmente durante a reunião seguinte dos Conselhos, fazendo constar em ata. Pensemos: Como vou comprovar aos meus colegas que minha participação no evento “X” foi de relevância ao desenvolvimento do meu RPPS, se eu não repassei nenhuma informação ou trouxe nenhuma nova ideia ou ainda, se meu RPPS está dentro ou fora da média daqueles que estavam presentes no evento. Fora do horário do evento, cada um tem o direito de ir onde quiser, mas durante, é obrigação daqueles que estão presentes com recursos oriundos dos cofres públicos participarem ativamente. Não entendo o

porquê do gestor não ser cobrado pelos TCEs e ou MPS em prestar contas de sua participação nos eventos. Mesmo fazendo relatórios, haverá aqueles que serão contra, mas estes serão do contra sempre, por falta de argumentação ou por vestígios do coronelismo, onde o melhor era não dar acesso a informação, ou ainda, por questões políticas partidárias que tem a intenção somente de tomada do poder.

É preciso capacitar servidores, conselheiros de RPPS ou não, em Direito Administrativo, Lei de Acesso a Informação, Lei de Licitações, Lei de Responsabilidade Fiscal, legislação previdenciária municipal/estadual, relatórios encaminhados ao Ministério da Previdência e aos TCEs, Política de Investimentos (Fundos de Investimentos, conceitos e noções econômicas), cursos preparatórios CPA ou equivalente e principalmente Ética no Serviço Público. Como é possível diminuir os indícios de fraudes nas gestões públicas sem o preparo de seus conselheiros?

Anualmente a ANEPREM-4 reconhece as melhores gestões brasileiras de RPPS, dentre os requisitos apurados está o número de membros dos conselhos que detém a certificação CPA-10 ou equivalente. Entendo ser um dos itens mais importantes e que deveria ter maior peso na apuração do resultado. A ABIPEM - 5, entidade de grande relevância na disseminação da cultura previdenciária brasileira também poderia promover o reconhecimento de gestões dando ênfase na transparência e em novas alternativas de popularizar a legislação e o conhecimento previdenciário, desde a educação básica, contribuindo com que nossos futuros grandes homens vejam de forma diferente de nós, que somente após dos 50 anos começamos a pensar em previdência e planejamento financeiro. Outros órgãos que também poderiam participar logisticamente com o crescimento da previdência são o Ministério da Previdência, os TCEs- 6 e inclusive o CONAPREV- 7, que suas resoluções fossem efetivamente postas em práticas. Recentemente foi lançado a Frente Parlamentar em defesa dos RPPSs, com 212 deputados federais subscrevendo, com apoio principal da ABIPEM e da AGIP- 8, esperamos que esta ação produza frutos em defesa dos RPPSs, valorizem os conselhos e solidifiquem os sistemas previdenciário brasileiro.

Chamo a atenção das entidades representativas estaduais e nacionais, dos dirigentes, conselheiros e membros dos RPPSs para criarmos uma rede de comunicação ou aproveitar as já existentes como a Rede Previdência (facebook) - 9 administrada pelo amigo Ricardo Souza e a Revista RPPS do Brasil - 10, que incentiva a produção de artigos nesta temática, articulando cursos, palestras e seminários regionais, minimizando custos, agregando os RPPSs existentes e trocando experiências. Lembrando que para este ano temos um grande desafio que é atender plenamente a Portaria MPS 440/2013 - 11, formalizando os comitês de investimentos e certificando/qualificando seus membros e responsáveis pela gestão financeira.

Observando que a formação do servidor em gerir e fiscalizar os RPPS produz um cidadão ciente de seus direitos e deveres, vejo nestes a "Semente de Transformação Social", defendendo viabilidade financeira dos RPPSs, sendo condição *sine qua non* a participação efetiva do servidor na gestão, acesso e transparência na informação.

"Você recebe do mundo o que você dá ao mundo." Gary Zukav.

Curso preparatório para
Certificação Profissional
CPA-10 visando adequar
o Comitê de Investimentos
à Portaria nº 440 do MPS



**Realizado 100%
pela internet**

- Aulas interativas.
- Simulados com mais de 400 questões.
- Exercícios de fixação.
- Tutoria online, para esclarecimento de dúvidas.
- Apostila disponível para consulta e impressão.
- Dicionário financeiro.

Vantagens do curso à distância

- Baixo custo, pois não envolve despesas de viagens e hospedagem.
- Pode ser realizado de acordo com a disponibilidade de tempo do aluno.

cm
**crédito &
mercado**
Educação Executiva

Fone: (13) 3878-8400

www.creditoemercado.com.br

Lindas paisagens seduzem visitantes. Ao lado, o Palácio Araguaia é um dos pontos turísticos de Palmas

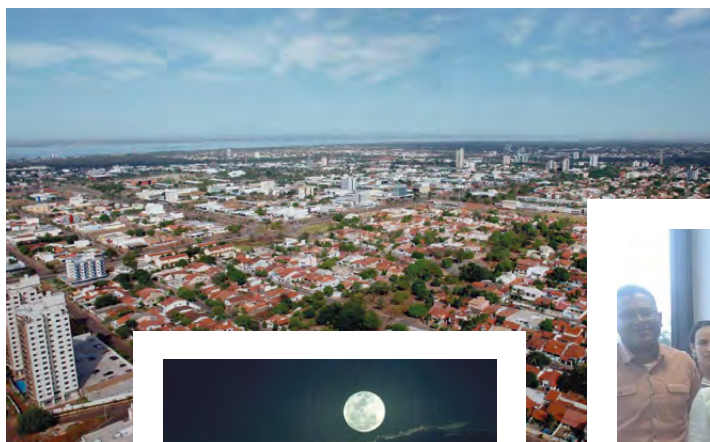


TOCANTINS

Nesta edição do Raio X, destaque para o mais novo Estado do país, o qual articula para criação uma Associação forte de RPPS.



Acima, Ilha Canela em Palmas. Ao lado, artesanto típico do Estado



O Estado do Tocantins é atrativo para o desenvolvimento. Abaixo, registro de participantes da reunião que discutiu a criação da entidade



TOCANTINS

Estado deverá ter, em breve, Associação para fortalecer o RPPS.

O destaque do Raio X desta edição é o mais novo Estado do Brasil. Criado em 1988, antes da colonização do território, aquela terra ocupadas por índios xingus e txucarramães, hoje se mostra como um potencial de desenvolvimento.

E chama a atenção o esforço que tem sido feito por gestores de RPPS para fortalecimento da previdência municipal no Tocantins.

Recentemente, foi realizada uma reunião para instituir a Associação do Tocantins de regime próprio e participaram da discussão representantes de Araguacema, Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Miranorte, Palmas, Pium, Carmolândia, Marianópolis e Igeprev - Tocantins (Estadual).

A expectativa é de que a criação da entidade irá fortalecer as conquistas dos Municípios em termos previdenciários, incluindo o aspecto de capacitações, busca por parcerias com o Governo Federal, Tribunais de Conta, instituições financeiras e órgãos congêneres

de âmbito nacional e estadual.

Segundo Marco Urcino, diretor de Investimentos do PreviPalmas, a união dessas entidades irá facilitar a busca de orientações, capacitações e educação previdenciária aos servidores dos RPPSs, seus diretores, conselheiros e membros de comitês. “Queremos que o PreviPalmas e o Igeprev/Tocantins possam ser a força para os demais RPPSs do Estado”, destaca ao afirmar que todos os que participaram da reunião se mostraram favoráveis à criação da associação.

Um novo encontro ficou marcado para o dia 07 de abril, quando será oficializada a votação para a criação da entidade e será formada a diretoria. Durante esse intervalo, através de e-mail, o grupo irá definir o estatuto, o regimento interno e a forma de votação para a escolha da diretoria.

O Tocantins conta com 139 municípios, portanto, a Associação terá muitos desafios pela frente, dentre os quais o trabalho de fortalecer o regime próprio estimulando mais cidades a adotarem o RPPS.



Carlos Murad, o presidente dedicado à missão de fortalecer o RPPS no Município

Araguaína

Os servidores municipais contam com um RPPS pujante.

Todo servidor público sonha em ter um futuro com uma aposentadoria garantida, digna. No Município de Araguaína, os servidores municipais contam com um Instituto consolidado.

Criado em 30 de abril de 1998, o IMPAR - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína conta atualmente com 2.449 servidores ativos e 220 inativos e pensionistas. Com Patrimônio Líquido – PL de R\$ 76.583.657,01 e com uma política de gestão visando a manutenção do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

O Instituto conta com uma postura positiva da atual administração municipal no sentido de efetuar os repasses em dia. Para o presidente do Instituto, Carlos Murad, todo esforço à frente do IMPAR tem como objetivo garantir que os beneficiários tenham com o que contar em termos de previdência. “Estamos fazendo um trabalho com mais transparência e participação mais ativa dos conselhos, mostrando mensalmente os resultados das aplicações nas reuniões. Além disso, estamos trabalhando na agilidade dos processos e melhoria no atendimento aos servidores”, destaca ao

salientar que uma das metas do Instituto é construir a sede própria.

O Instituto, na atual gestão, tem tido o cuidado no sentido de que as aplicações financeiras sejam mantidas em bancas oficiais e em fundos conservadores com rentabilidades que superem as metas.

Para 2014, a expectativa é que os servidores públicos do município de Araguaína, tenham uma previdência rentável e batendo metas. “Apesar da volatilidade do mercado financeiro em 2013, conseguimos aumentar o patrimônio e esperamos que em 2014, possamos superar as metas e fechar o ano com grande rentabilidade nas aplicações e, novamente, um aumentosignificativo no patrimônio”.

Carlos Murad é graduado em Administração de Empresas, assessora o atual prefeito eleito Ronaldo Dimas desde 1998, quando Ronaldo ocupou cargos na Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO, na Câmara dos Deputados (deputado federal) e na Secretaria das Cidades (secretário) do Governo do Estado do Tocantins.



O presidente Elias está motivado em poder zelar pelo futuro dos servidores do Município

Miranorte

O Município conta com o IPSM

O Instituto de Previdência Social do Município de Miranorte/TO foi criado pelo Projeto de Lei Complementar nº 0037/2003 de 18/08/2013 e reestruturado pela Lei Municipal nº 260/2010 de 27/08/2010, e o mesmo se destina a assegurar benefícios de aposentadoria, pensão, salário proteção à maternidade, auxílio reclusão e auxílio doença aos segurados e seus dependentes, por meio de um sistema contributivo e solidário, com tratamento digno e humanizado.

Depois da renúncia via ofício do ex-presidente, o atual recebeu o convite do então prefeito, Frederico Henrique de Melo, para assumir o cargo de presidente, tendo sido aprovado pela comissão de conselheiros do Instituto, assumindo a presidência a partir de 04/01/2013. “O nosso primeiro passo foi solicitar uma empresa com conhecimento em prestação de serviços em preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo e relatórios sobre a situação do IPSM, referente a Gestão 2011/2012 e atos praticados pelos gestores administrativos e demais responsáveis do Instituto. Os achados no Relatório de Diagnóstico ao exercício de 2011/2012, nos termos da Lei nº 260/2010 de 27/08/2010, ref. Art. 59 Parágrafo Único, combinado com Lei Federal 9.717/98 – é vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o “caput” em II – empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao poder público inclusive as suas empresas controladas, onde foram encontradas baixas de aplicação nos dias 03/10/2012 e 09/10/2012, concedendo empréstimos para prefeitura, foram comprovados não repasse das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao IPSM, referente aos meses 11/2011, 12/2011 e 13º/2011, e em todo ano de 2012, foram encontrados os

parcelamentos e re-parcelamentos em atraso, falta de assinaturas em quase todos os relatórios contábeis, o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária encontrava-se com validade até dia 19/06/2012”, destaca ao salientar que os parcelamentos e re-parcelados do atual prefeito foram refeitos, e que o prefeito informou que em sua gestão, mesmo com os débitos encontrados na prefeitura, os parcelamentos e re-parcelamentos, as contribuições mensais patronal/segurados, serão repassas ao IPSM no dia do vencimento, para que seja regularizado o déficit encontrado no Instituto, visando alcançar metas que constituem um novo modelo de previdência para o município. “Acreditamos que com os repasses efetuados pela prefeitura todos os meses e de imediato fazendo uma boa aplicação, aumentaremos o nosso patrimônio líquido”, enfatiza o presidente Elias Dantas.

Com um trabalho de gestão visando resultados positivos, o Instituto tem se pautado dentro dos aspectos legais, inclusive conseguindo a manutenção do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária. Atualmente com 29 servidores inativos, 06 pensionistas e 338 ativos, o RPPS conta com Patrimônio Líquido – PL de R\$ 13.535,69. E para o presidente, o maior projeto para 2014 é batalhar para conseguir uma sede própria para o Instituto.

O IPSM é constituído de uma assessoria, contador, médico perito, contando também com a servidora efetiva Vandete Bezerra (Gerência de Administração, Finanças, Benefícios e Recursos Humanos), e Ana Luisa, Alderice Lima, Maria Iolete, Aldemir Gomes, Maria do Amparo, Samuel Ramos e Kátia Gonzaga (Conselho de Administração do IPSM).



Neyzimar, o gestor comprometido com o futuro dos servidores municipais de Palmas

PreviPalmas

Investimento para melhor atender ao funcionário público!

Com o CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária em dia, o Instituto de Previdência Social do Município de Palmas (PreviPalmas) comemora o crescimento do número de benefícios concedidos de janeiro a dezembro de 2013, quando houve um aumento de mais de 130% comparado ao mesmo período de 2012.

Segundo o presidente do PreviPalmas, Neyzimar Cabral, esse crescimento se deu, principalmente, à informatização do sistema. “Em fevereiro de 2013, quando assumimos a pasta tínhamos mais de 200 processos pendentes, pois todo o procedimento de aposentadoria e concessão de benefícios era feito manualmente. Informatizamos o sistema e hoje temos menos de 20 processos em andamento”.

Ainda, para Cabral, um outro grande avanço do Instituto, no último ano, foi a inauguração da sede própria, construída com recursos dos próprios servidores. “O investimento de R\$ 3.685.000,00, além de ofertar os serviços previdenciários com mais qualidade e conforto aos segurados e servidores públicos municipais, irá gerar uma economia de R\$ 180 mil anual”, complementou.

Atualmente, o PreviPalmas conta com um patrimônio líquido investido no valor de mais de R\$ 260 milhões e tem 244 aposentados e 126 pensionistas. Os 6.456 servidores concursados da Prefeitura de Palmas e os 50 servidores da Câmara Municipal contribuem com uma arrecadação anual de R\$ 37 milhões.

Projetos

Para o ano de 2014, o Instituto tem como

prioridade desenvolver projetos que atendam aos aposentados e para isso vem buscando parcerias. “Mesmo aposentada, a pessoa deve e precisa continuar se desenvolvendo pessoal e profissionalmente, por isso queremos proporcionar atividades sociais, culturais e educativas, além de ações recreativas e que promova a saúde física e mental”, enfatizou Cabral.

O PreviPalmas

O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palmas foi criado em 5 de julho de 2001, por meio da Lei nº 1013. Até 2005 esse regime funcionou de forma parcial, apenas 8% da contribuição previdenciária era recolhida da folha dos servidores e repassada ao Fundo Previdenciário Municipal. Em 2005, a Lei nº 1414 aumentou a alíquota de arrecadação do servidor para 11%. O PreviPalmas foi criado de fato apenas em 2008, quando o órgão foi transformado em autarquia e recebeu autonomia administrativa garantida pela Lei nº 1558/2008.

Neyzimar Cabral de Lima, o presidente do Instituto, é servidor efetivo da Prefeitura de Palmas, graduado em Direito, pós-graduado em Ciências Políticas e Administração Pública. No serviço público do Tocantins, exerceu vários cargos, sendo eles, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Obras, presidente da Comissão de Licitação da Aguatins, presidente da Comissão Licitação da Secretaria de Comunicação do Estado, Subsecretário da Secretaria de Comunicação do Estado e Analista Jurídico da Secretaria de Comunicação do Estado, 1º Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Palmas.

MARÇO

AGIP: II Congresso Gaúcho de Previdência – 17 a 19 de março – Porto Alegre/RS

AEPREMERJ: 23º Encontro Regional – 18 de março – Nova Iguaçu/RJ

ABRIL

APEPREM: 10º Congresso Estadual- 7 a 9 de abril – São José do Rio Preto/SP

ABIPEM: 26º Seminário Nacional – 23 a 25 de abril – João Pessoa/PB

MAIO

AGIP: XII Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública – 12 a 14 de maio – Caxias do Sul/RS

ACIP: 7º Seminário Capixaba de Previdência – 22 e 23 de maio – Domingos Martins/ES

AEPREMERJ: 24º Encontro Regional – 23 de maio – Cabo Frio/RJ



Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de **Regime Próprio de Previdência Social**, a **Revista RPPS do Brasil** criou o espaço **RPPS Raio X**, cujo objetivo é fazer um raio x das **Associações** e dos **Institutos** de cada região do **Brasil**. Na **15ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar o RPPS do **ESTADO DA PARAÍBA**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade. Entre em contato através dos e-mails: contato@revistarppsdobrasil.com.br ou anapaula@revistarppsdobrasil.com.br, ou através dos telefones: **64 – 3442 6963 / 8133 1707 / 8106 3838**.